MINISTÉRIO DA MARINHA**Superintendência dos Serviços da Armada****Portaria n.º 19 881**

Considerando que por ter sido extinta temporariamente a Missão Hidrográfica de Cabo Verde o navio hidrográfico *Comandante Almeida Carvalho*, que lhe dava apoio, passará a ser utilizado no serviço normal da Armada:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que o navio hidrográfico *Comandante Almeida Carvalho* seja classificado como corveta.

Ministério da Marinha, 1 de Junho de 1963. — O Ministro da Marinha, *Fernando Quintanilha Mendonça Dias*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares****Aviso**

Por ordem superior se faz público que, conforme comunicação do Bureau International du Travail ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, os Governos do Burundi e do Uganda comunicaram àquele organismo internacional, respectivamente, em 11 de Março de 1963 e 25 de Março de 1963, a aceitação por parte dos seus Governos das obrigações resultantes da Constituição da Organização Internacional do Trabalho. Nos termos do parágrafo 3.º do artigo 1.º a referida Constituição entrou em vigor em relação àqueles países na data de recepção do instrumento de aceitação.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 25 de Maio de 1963. — O Director-Geral, *Albano Pires Fernandes Nogueira*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS**Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário****Decreto n.º 45 057**

Considerando que durante a execução da obra de ampliação do Liceu de Chaves, a que se refere o Decreto n.º 44 074, de 5 de Dezembro de 1961, se verificaram atrasos em consequência dos trabalhos das instalações de electricidade e de aquecimento com que ela interferiram;

Considerando que se torna indispensável, por este motivo, prorrogar até Outubro próximo futuro o prazo previsto no mencionado diploma;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É prorrogado até Outubro de 1963 o prazo de execução da obra de ampliação do Liceu de Chaves, a que se refere o Decreto n.º 44 074, de 5 de Dezembro de 1961.

Art. 2.º Como consequência da prorrogação a que se refere o artigo anterior, fica a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário autorizada a despendar no ano de 1963, com pagamentos relativos à mencionada

obra, a quantia de 223 803\$20, correspondente ao saldo que transitou do ano de 1962.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 1 de Junho de 1963. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Eduardo de Arantes e Oliveira*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR**Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações****Comissão Consultiva e Revisora da Legislação dos Correios, Telégrafos e Telefones do Ultramar****Portaria n.º 19 882**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do n.º III da base LXXXVIII da Lei Orgânica do Ultramar, que seja publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas, para nelas vigorar, o seguinte:

É atribuída aos governadores das províncias ultramarinas a faculdade de dispensarem, quando o julgarem conveniente, o cumprimento do disposto no § único do artigo 9.º do Regulamento dos Postos de Amador, aprovado pelo Decreto n.º 36 438, de 29 de Julho de 1947, e mandado aplicar ao ultramar pela Portaria Ministerial n.º 12 715, de 12 de Janeiro de 1949.

Ministério do Ultramar, 1 de Junho de 1963. — O Ministro do Ultramar, *António Augusto Peixoto Correia*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *Peixoto Correia*.

Direcção-Geral de Saúde e Assistência do Ultramar**Decreto-Lei n.º 45 058**

Considerando que as disposições legais que regulam a constituição e funcionamento da Junta de Saúde do Ultramar e da Junta de Recurso se encontram dispersas por vários diplomas, o que dificulta a sua aplicação;

Atendendo a que muitas dessas disposições, por se encontrarem desactualizadas, não se harmonizam com a legislação posteriormente publicada, nomeadamente o Estatuto do Funcionalismo Ultramarino;

Convindo, assim, reunir num só diploma os preceitos respeitantes à organização e funcionamento das referidas Juntas, introduzindo-se se as alterações aconselhadas pela experiência;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A Junta de Saúde do Ultramar é um organismo técnico do Ministério do Ultramar ao qual incumbe julgar das condições da saúde, da aptidão ou da inaptidão física de todos os funcionários das províncias ultramarinas que se encontrem em situação legal na metrópole e de todos os candidatos ao exercício da função pública nas mesmas províncias.

Art. 2.º A Junta de Saúde do Ultramar funciona no Hospital do Ultramar e é constituída pelo director do